

Entrevista de José da Silva Lopes: as condições de adesão de Portugal às Comunidades Europeias (Lisboa, 23 Outubro 2007)

Source: Interview de José da Silva Lopes / JOSÉ DA SILVA LOPES, Miriam Mateus, prise de vue : François Fabert.- Lisbonne: CVCE [Prod.], 23.10.2007. CVCE, Sanem. - VIDEO (00:04:46, Couleur, Son original).

Copyright: Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:

http://www.cvce.eu/obj/entrevista_de_jose_da_silva_lopes_as_condicoes_de_adesa_o_de_portugal_as_comunidades_europeias_lisboa_23_outubro_2007-pt-becf8047-dcd3-4bd9-a4f3-8f82757d17b9.html



Last updated: 04/07/2016

Entrevista de José da Silva Lopes: as condições de adesão de Portugal às Comunidades Europeias (Lisboa, 23 Outubro 2007)

[Miriam Mateus] No início dos anos 1970, a instauração da política regional comum até que ponto influenciou a atitude de Portugal perante a Comunidade? E de que forma é que acentuou, digamos, a vontade de se aproximar ou até que ponto acelerou o pedido de adesão às Comunidades?

[José Silva Lopes] Eu suponho que não foi um factor decisivo. Quer dizer, quando nós negociámos o acordo de comercial de 1972, não houve nenhum elemento da política comercial comum que fosse incorporado nesse acordo. O acordo era puramente comercial, não havia nenhum auxílio financeiro da Comunidade, não havia nada. Como digo, as condições políticas não eram nesse sentido, não o permitiam. Quer dizer, já lhe disse que Portugal naquela altura já tinha dificuldades políticas mesmo na relação com a Europa, por causa política colonial. Portanto, nessa altura não era possível incluir qualquer elemento de apoio financeiro. E portanto, no acordo comercial de 1972 não houve nenhuma influência da política regional.

Depois do 25 de Abril, quando Portugal passou a ser um país democrático, houve uma renegociação com a Comunidade Europeia e passou a haver, digamos, uma componente financeira de apoio a Portugal da parte da Comunidade Europeia. Não era bem integrado na política regional, porque a política regional era uma coisa só para membros, mas passou a haver uma componente de apoio financeiro, que até aí não existia, e só apareceu com a democratização em Portugal.

Depois, logo em 1974, era o doutor Mário Soares ministro dos Negócios Estrangeiros, pessoa muito relacionada com a Europa, etc. O doutor Mário Soares veio propor que fizéssemos um pedido de adesão formal à CEE. Eu, nessa altura também era membro do Governo. O doutor Mário Soares consultou vários membros do Governo, não fui só eu, consultou vários membros do Governo, que eram os chamados tecnocratas, e perguntou-nos o que é que pensávamos disso. Ele ainda hoje conta essa história e é bom esclarecê-la.

Ele disse que os tecnocratas do Governo disseram: «Nem pense nisso». E eu fui um deles. Fui um deles porque até aí a Comunidade Europeia tinha posto sempre duas condições. Havia o famoso relatório Birkelbach – acho que é assim que se chamava – que dizia que os países que quisessem aderir à Comunidade Europeia tinham que preencher duas condições: tinham que ser democráticos e tinham que ter um nível de desenvolvimento adequado. Se tivessem a primeira condição podiam ser associados, se não tivessem a primeira condição nem isso podiam ser. Ora bem, e foi por isso que eles aceitaram a Grécia como associado, mas não como membro. Porque a Grécia, na altura em que fez o acordo de associação, era considerado um país democrático, mas não era considerado um país com um nível de desenvolvimento suficiente.

Quando o doutor Mário Soares fez esta proposta, eu e os outros tecnocratas dissemos: «Nós preenchemos a primeira condição, mas não preenchemos a segunda. Nem pense nisso. Quanto muito, podemos pensar em ser membros associados.» O doutor Mário Soares disse: «Vocês não percebem nada disto» e tal... E o doutor Mário Soares tinha razão. É que houve uma infecção de política na Comunidade Europeia nessa altura. A Comunidade Europeia deixou de pôr a mesma ênfase no nível de desenvolvimento económico que tinha posto até então. E portanto, abriu. Não foi só em relação a Portugal, mas em relação a Portugal, à Grécia, à Espanha... Passou a ter uma abertura que não tinha mostrado antes.

E portanto, o doutor Mário Soares resolveu avançar, e muito bem – ainda bem que ele conseguiu isso e que nós conseguimos isso – para a adesão, para o pedido de adesão. Agora, não era a política que estava a ser seguida até essa altura pela União Europeia, pela chamada então CEE, não era a política que estava a ser seguida, mudou e ainda bem. E a partir desse momento, eu fui um dos primeiros entusiastas da adesão, mas anteriormente estava convencido de que não era possível, estava um bocado desfasado. O doutor Mário Soares tinha contactos ao mais alto nível europeu na área política, tinha mais razão do que eu.